



POMI FRUTAS S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 86.550.951/0001-50
NIRE nº 42.300.010.456

COMPANHIA ABERTA

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (AGO) DE 28 DE ABRIL DE 2017

Prezados Senhores,

A Administração da POMI FRUTAS S.A. ("Pomi Frutas" ou "Companhia") submete à apreciação de seus acionistas sua proposta sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28 de abril de 2017, nos termos abaixo propostos.

Todas as informações e os documentos referidos nesta proposta e previstos no artigo 9, inciso III, e parágrafo 1º, inciso II; artigo 10, e artigo 12, todos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("ICVM 481"), encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.pomifrutas.com.br/) e nos sites da CVM e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), bem como foram contemplados nos Anexos I a IV da presente proposta.

O Anexo I se refere ao Anexo 9-1-II da ICVM 481 - Destinação do Lucro Líquido do Exercício.

O Anexo II, elaborado na forma preconizada pelo item 10 do Formulário de Referência, nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 480"), registra os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia e tem por objetivo fornecer aos acionistas uma análise global dos negócios da Companhia.

O Anexo III, contendo as informações referentes aos membros do Conselho de Administração, foi elaborado na forma preconizada nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência.

O Anexo IV, referente à remuneração dos Administradores, foi elaborado em conformidade ao item 13 do Formulário de Referência, constando a proposta de remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2016 do seu item D.

A. CONTAS DOS ADMINISTRADORES, AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA E O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, RELATIVOS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

As demonstrações financeiras e o relatório da Administração da Companhia foram elaborados pela Diretoria, auditados pelos Auditores Independentes e aprovados pelo Conselho de Administração e pelo

Conselho Fiscal da Companhia, e estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br), da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br) e da Companhia (www.pomifrutas.com.br).

B. DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

O prejuízo líquido da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foi de R\$18.530 mil.

Desta forma, em conformidade ao disposto no artigo 189 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei nº 6.404”), e com o que consta das demonstrações financeiras da Companhia, não há destinação de lucros por conta da apuração de prejuízo no exercício.

C. ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Propõe-se à Assembleia a eleição dos seguintes candidatos ao Conselho de Administração, que já ocupam o cargo de conselheiros atualmente:

- 1) Marcos Kassardjian, brasileiro, administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 036.608.098-96, com escritório profissional na Rua Padre João Manoel, 755, 11º andar, Jardins, CEP 01411-001, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração;
- 2) Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto, brasileiro, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 275.224.438-06 e na OAB/SP sob o n. 154.169, com escritório profissional na Av. Faria Lima, nº 2954, 8º andar, conjunto 84, CEP 01452-001, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
- 3) Marcio Guedes Pereira Junior, brasileiro, administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 050.958.058-04, com escritório profissional na Rua Gomes de Carvalho, 1069, conjunto 74, Vila Olímpia, CEP 04547-005, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
- 4) Gelmir Antonio Bahr, brasileiro, contador e advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 422.356.859-00, com escritório profissional na Rua Antonio Marcon, 300, CEP 89560-000, Cidade de Videira, Estado de Santa Catarina; e
- 5) Rogério Pereira de Oliveira, brasileiro, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob o nº 075.258.537-11, residente e domiciliado na Rua Rainha Guilhermina, nº 39, apartamento 201, Leblon, CEP 22441-120, Cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de Conselheiro independente.

D. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA PARA O EXERCÍCIO DE 2017

Propor a manutenção do limite global da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, nos seguintes termos: (i) remuneração anual global dos membros da Diretoria no valor de até em R\$ 1.454.545,45 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos); (ii) remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração da Companhia, em até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).



Marcos Kassardjian
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (Art. 9º da ICVM 481)

As informações constantes do Anexo 9-1-II de que trata a ICVM 481 serão submetidas à apreciação e deliberação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28 de abril de 2017.

ANEXO 9-1-II DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Informar o lucro líquido do exercício.

2016 (R\$ mil)

(18368)

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

| Dividendo Obrigatório | 2016 (R\$ mil) |
|---------------------------|----------------|
| Montante global | - |
| Valor por ação (em reais) | - |

A Companhia não declarou ou pagou dividendos antecipados, nem juros sobre capital próprio durante o exercício de 2016, em função do prejuízo apurado.

- 3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.**

2016 (%)

-

A Companhia não distribuiu lucro líquido durante o exercício de 2016, em função do prejuízo apurado nos exercícios anteriores.

- 4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.**

A Companhia não distribuiu dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

- 5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

| | 2016 (R\$ mil) | Por Ação | 2015 (R\$ mil) | Por Ação | 2014 (R\$ mil) | Por Ação |
|---------------|-------------------|----------|-------------------|----------|-------------------|----------|
| Dividendo | - | - | - | - | - | - |
| JCP (bruto) | - | - | - | - | - | - |
| JCP (líquido) | - | - | - | - | - | - |

A Companhia não distribuiu dividendos, em função do prejuízo apurado durante os exercícios de 2015 e 2016.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado nos exercícios anteriores.

c. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado nos exercícios anteriores.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Não aplicável, tendo em vista que não foram declarados dividendos.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

2016 (R\$ mil)

-

Não aplicável, tendo em vista que não houve declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados nos exercícios anteriores.

a. Informar a data dos respectivos pagamentos.

Não aplicável, tendo em vista que não houve pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, em razão do prejuízo apurado nos exercícios anteriores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 2 (dois) exercícios anteriores.

| 2016 (R\$ mil) | 2015 (R\$ mil) |
|----------------|----------------|
| (18.368) | (29.603) |

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 2 (dois) exercícios anteriores.

| - | 2016 (R\$ mil) | 2015 (R\$ mil) |
|-------------|----------------|----------------|
| Dividendo | -- | - |
| JCP (Bruto) | - | - |

Não aplicável, tendo em vista que não houve pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, em razão do prejuízo apurado nos exercícios anteriores.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal.

a. Identificar o montante destinado à reserva legal.

| 2016 (R\$ mil) |
|----------------|
| - |

Não aplicável, em razão do prejuízo apurado nos exercícios anteriores.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

Não aplicável.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.

A Companhia não possui ações preferenciais, sendo seu capital social representado exclusivamente por ações ordinárias.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

Não é suficiente, em razão do prejuízo apurado nos exercícios anteriores.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório.

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

Não há previsão de dividendo obrigatório no estatuto social da Companhia.

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente.

Não aplicável.

- c. Informar o montante eventualmente retido.

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia.

- a. Informar o montante da retenção.

Não aplicável.

- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Não aplicável.

- c. Justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências.

- a. Identificar o montante destinado à reserva.

Não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa.

Não aplicável.

- c. Explicar porque a perda foi considerada provável.

Não aplicável.

- d. Justificar a constituição da reserva.

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar.

Não aplicável, houve prejuízo líquido apurado no exercício.

- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.

De acordo com o artigo 32 do estatuto social da companhia dos resultados verificados no exercício, após as deduções previstas em lei e após a dedução, observadas as restrições legais, de até 10% (dez por cento) a título de participação dos administradores, será dada a seguinte destinação:

(i) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social;

(ii) quando necessária importância quantificada e devidamente justificada pelos administradores, para a formação de Reservas para Contingências, na forma da legislação;

(iii) 30% (trinta por cento), no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, na forma da Lei nº 9.249/95, imputados aos dividendos;

(iv) retenção de lucros, na forma da legislação; e

(v) o saldo que se verificar, depois das deduções acima, será distribuído aos Acionistas na forma de dividendos.

§1º -Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto e na Lei.

§2º -Os dividendos não reclamados em 03 (três) anos prescrevem em favor da Companhia.

§3º -Da participação dos lucros atribuída aos administradores, somente será distribuída nos exercícios em que forem distribuídos aos acionistas dividendos e/ou juros sobre o capital, e será pago 15 (quinze) dias após ter sido creditado aos acionistas os dividendos e/ou juros sobre o capital.

- b. Identificar o montante destinado à reserva.

Não houve destinação à reserva tendo em vista que houve prejuízo líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 .

Descrever como o montante foi calculado.

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

- a. Identificar o montante da retenção.

Não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital, tendo em vista que houve prejuízo líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

- b. Fornecer cópia do orçamento de capital.

Não há orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

- a. Informar o montante destinado à reserva.

Não houve destinação à reserva de incentivos fiscais, tendo em vista que houve prejuízo líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

- b. Explicar a natureza da destinação.

Não aplicável.

ANEXO II
COMENTÁRIOS DOS DIRETORES
(Item 10 do Anexo 24 à ICVM 480)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Para a Companhia, o ano de 2016 foi marcado por forte quebra da safra em quantidade e qualidade, de um lado, e por programa de reestruturação operacional, de outro.

Foram implementadas medidas visando a diluição de risco no campo, através da redução de plantios sob gestão direta da Companhia concentradas na região de Fraiburgo onde quase 50% da área de produção foi erradicada levando a importantes ajustes corporativos.

De outro lado, foi intensificado o programa de fomentos junto a produtores em outras áreas, notadamente na região de São Joaquim, em volume suficiente para recompor o volume ideal de produção de frutas para maximização da utilização da capacidade instalada de processamento e armazenamento de frutas.

Adicionalmente, foi dada ênfase no reordenamento da estrutura de custos, na renegociação de todo o passivo e no resgate da governança da empresa, reforçando, portanto, sua credibilidade.

Produção

A safra brasileira de 2015/2016 apresentou desempenho muito inferior às safras normais. O inverno praticamente inexistente na região de Fraiburgo, uma das principais regiões produtoras, seguido de uma temporada longa de chuvas afetou duramente o rendimento dos pomares em quantidade e qualidade da fruta, além de onerar sobremaneira o custo de produção no campo. Assim, o rendimento da safra 2015/2016 ficou muito aquém dos padrões normais de produção e produtividade. O volume realizado esteve próximo a 20 toneladas por hectare quando o normalmente esperado é de aproximadamente 42 toneladas por hectare.

Os resultados foram impactados negativamente pelo baixo volume de produção o que aliado aos elevados gastos, ainda que não recorrentes, para implementação do novo modelo de negócio, acabou impossibilitando a geração de ganho nas atividades operacionais.

Comercialização Mercado Interno

A receita líquida ao longo do ano de 2016 foi de R\$ 45,5,3 milhões, um aumento de 22%, em comparação com o ano de 2015 (R\$ 37,3 milhões). Já o volume total comercializado neste período foi de 21,7 mil toneladas (contra 31,5 mil toneladas em 2015), o que representa variação percentual negativa de 31%

A variação positiva de preços ao longo do ano, por conta da quebra da safra, não foi suficiente para sustentar a geração de resultado operacional da Companhia no ano já que, da quantidade total de frutas comercializadas, além de pequena, teve uma forte participação de frutas destinadas à indústria com significativo sacrifício da rentabilidade.

Favorecida por melhora dos preços pela escassez de fruta foi possível dar prosseguimento às importantes ações voltadas à diluição de risco do negócio, com incremento forte na política de produção de frutas em novas áreas geográficas, comercialização de outras frutas, notadamente ameixa, kiwi e pera.

Vale mencionar o retorno da estratégia de comercialização de frutas no mercado internacional.

Resultados Financeiros

Excluindo o impacto das despesas não recorrentes, a Pomifrutas apresentou resultado operacional (EBITDA) negativo de R\$ 2,3 milhões em 2016 (EBTIDA negativo de R\$ 8,9 milhões de 2015) com queda de 74,2% sobre equivalente anterior, mesmo num cenário completamente adverso.

O Prejuízo Líquido em 2016 foi de R\$ 18,4 milhões, frente a R\$ 29 milhões de Prejuízo Líquido em 2015 observando-se uma redução de 36,6%

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. Hipóteses de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além daquelas legalmente previstas.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O foco da gestão da Companhia está direcionado ao resgate da credibilidade perante o mercado, e tem como linha de atuação as seguintes prioridades: (a) renegociação do passivo; (b) redução de custos e diversificação do risco da operação; (c) geração de resultado operacional positivo.

A Administração entende, pelo acima exposto e ainda pelas perspectivas de geração de caixa futura, que a Pomifrutas apresenta condições de honrar todos os seus compromissos financeiros assumidos, sobretudo em vista da renegociação das dívidas junto a seu principal credor conforme comunicado ao mercado.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A captação de recursos junto aos acionistas aliada aos empréstimos e financiamentos de longo prazo, particularmente os obtidos junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (“BRDE”), sob taxas e prazos facilitados, tem sido as principais fontes de financiamento para o capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes realizados pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, os empréstimos e financiamentos de curto prazo totalizavam o montante de R\$ 6,1 milhões.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia espera utilizar financiamentos junto a instituições financeiras para obter linhas de crédito para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes.

Pode-se ainda recorrer a mútuos com partes relacionadas para a obtenção de empréstimos, com base em contratos sujeitos a juros de mercado, no intuito de cobrir eventuais deficiências de liquidez.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia terminou o ano de 2016 com um endividamento total de R\$ 58,8 milhões, notadamente no curto prazo

O quadro abaixo apresenta a composição de empréstimos e financiamentos dos exercícios de 2016, 2015 .

Controladora

Em 31 de dezembro de 2016, o montante não circulante na Controladora tem a seguinte composição por ano de vencimento:

16.1 Empréstimos e financiamentos

| a | Pomi Frutas S/A | Taxa Anual | Vencimento | Saldo | Saldo |
|--|---------------------------------------|--------------|----------------|-----------|-----------|
| | Instituições Financeiras | Contrato | Final | 31/dez/16 | 31/dez/15 |
| <i>Provisão de juros PESA</i> | | | | | |
| | Provisão de Juros PESA | 10% a 12% | Até dez 2017 | 645 | 760 |
| | | | | 645 | 760 |
| <i>BRDE - Renegociação</i> | | | | | |
| | BRDE - Renegociação | TJLP + juros | nov/21 | 15.920 | 16.649 |
| | | | | 15.920 | 16.649 |
| <i>Outros empréstimos e financiamentos</i> | | | | | |
| | NBC Bank | 14,74% | jun/14 | 97 | 280 |
| | Caixa Econômica Federal | NT | - | 65 | 6 |
| | Opinião S/A | - | - | - | 2.000 |
| | Bancos Comerciais/GIRO - Brasil | 3,5% a.m. | - | - | 79 |
| | Fidc Empirica SIFRA | Mercado | jan/17 | 1.575 | - |
| | Duplicatas Descontadas/ Sifra | Mercado | - | 340 | - |
| | Bradesco - CDC Veiculos | 22,42% | - | 29 | 117 |
| | B. Daycoval S/A | CDI | fev/16 | 2.000 | 1.999 |
| | B. Daycoval S/A | CDI | set/16 | 3 | 395 |
| | Outros | Imóveis | 1,20% a 22,52% | - | - |
| | | | | 4.109 | 4.876 |
| | Total de Empréstimos e Financiamentos | | | 20.674 | 22.285 |
| | Parcela no Circulante | | | 4.754 | 22.047 |
| | Parcela no Não Circulante | | | 15.920 | 238 |

Controlada

| Pomifrai Fruticultura S/A Instituições Financeiras | Taxa Anual Contrato | Vencimento Final | Saldo 42.735 | Saldo 42.369 |
|---|--------------------------------|-----------------------------|-------------------------|-------------------------|
| <u>Provisão de juros PESA</u> | | | | |
| Provisão de Juros PESA | 10% a 12% | Até dez 2017 | 914 | 301 |
| | | | 914 | 301 |
| <u>BRDE - Renegociação</u> | | | | |
| BRDE | TJLP + juros | nov/21 | 40 | - |
| BRDE | TJLP + juros | nov/21 | 23.442 | 30.721 |
| BRDE | TR | nov/21 | 13.339 | - |
| | | | 36.821 | 30.721 |
| <u>Outros empréstimos e financiamentos</u> | | | | |
| Duplicatas Descontadas/ Sifra | NT | - | 360 | - |
| | | | 360 | - |
| Total de Empréstimos e Financiamentos | | | 38.095 | 31.022 |
| Parcela no Circulante | | | 1.314 | 31.022 |
| Parcela no Não Circulante | | | 36.781 | - |

Em garantia dos empréstimos e financiamentos foram oferecidos terrenos, pomares e edificações, exceto para os financiamentos de equipamentos e tratores, cujas garantias são os próprios bens adquiridos.

| Total de Empréstimos e Financiamentos Consolidado | Saldo 31/dez/16 | Saldo 31/dez/15 |
|--|----------------------------|----------------------------|
| Parcela no Circulante | 6.068 | 53.069 |
| Parcela no Não Circulante | 52.701 | 238 |
| | 58.769 | 53.307 |

BRDE – Renegociação (empréstimos securitizados)

Conforme fato relevante divulgado ao mercado, em 15 de dezembro de 2016 a Companhia concluiu a renegociação de suas dívidas (consolidadas) com o BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), principal credor da Companhia. Referida renegociação incluiu possibilidade de dação em pagamento de ativos não produtivos da Companhia, e a obtenção de substancial bônus de adimplemento. O acordo envolve (i) no tocante à Controladora Pomifrutas, o equacionamento da dívida de R\$20,1 milhões com o BRDE mediante alienação fiduciária de imóveis, prazo de 25 meses para pagamento e carência total até vencimento; (ii) no tocante à Controlada Pomifrai, a consolidação do saldo devedor em R\$36,7 milhões, com a sua divisão em dois sub-créditos: (a) subcrédito “A”, com prazo de pagamento de 10 anos e 2 anos de carência, com bônus de adimplemento (0,5 : 1 a 0,4 : 1) para antecipações durante a carência; e (b) sub-crédito “B”, com vencimento em 10 anos, sendo que o integral e pontual pagamento do subcrédito “A” representará bônus de adimplemento em relação ao sub-crédito “B”; ambos os sub-créditos com a alienação fiduciária de imóveis.

No tocante à dívida da Pomifrutas, a alteração da estrutura de garantia de hipoteca (atual) para alienação fiduciária elimina o risco de cobrança de eventual resíduo dessa parte da dívida em caso de inadimplemento. Como a alienação fiduciária abrangerá ativos não produtivos da Companhia, a renegociação é extremamente positiva pois, no limite, representará a liquidação de R\$20,1 milhões de dívida mediante a dação de tais ativos não produtivos em pagamento ao BRDE. Já no tocante à subsidiária Pomifrai, caso a Companhia seja totalmente bem sucedida em antecipar os pagamentos de 100% do sub-crédito “A” até 31/12/2018, isso poderá representar uma redução de aproximadamente 42% da dívida

total da subsidiária Pomifrai com o BRDE (somando-se todos os bônus de adimplemento do sub-crédito “A” e do “B”).

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Todas as operações descritas nos itens acima são celebradas mediante a outorga de garantias reais.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Os contratos de financiamento da Companhia contém cláusulas usuais para operações desta natureza, incluindo restrições para alienação de controle e índices financeiros.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

No ramo de atividade agrícola, basicamente, todos os investimento/linhas de crédito tem uma destinação específica e por vezes pontual, portanto, sua liberação fica condicionada à comprovação de sua destinação.

- Custeio – Direcionado principalmente à aquisição de insumos agrícolas.
- Aumento da capacidade de armazenagem – Linha específica para ampliação e reforma de câmaras frigoríficas.
- Frota – Destinada exclusivamente a aquisição de tratores e pulverizadores.
- Capital de Giro – Manutenção do fluxo de caixa.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A seguir, a Companhia apresenta os dados consolidados das demonstrações de resultados encerrados em 31 de dezembro de , 2015 e 2016.

QUADRO 2
POMI FRUTAS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| | (Reapresentado) | | (Reapresentado) | |
| Venda de mercadorias | 34.734 | 33.203 | 43.831 | 37.969 |
| Venda de polpa | 199 | 653 | 229 | 1.072 |
| Venda de mercadorias - exportação | 339 | - | 1.286 | - |
| Venda de serviços | 1.938 | 1.203 | 2.004 | 1.212 |
| Receita bruta | 37.210 | 35.059 | 47.350 | 40.253 |
| Devoluções e abatimentos | (257) | (1.576) | (742) | (1.679) |
| Impostos | (1.087) | (1.174) | (1.098) | (1.222) |
| Deduções | (1.344) | (2.750) | (1.840) | (2.901) |
| RECEITA LÍQUIDA | 35.866 | 32.309 | 45.510 | 37.352 |
| Custo das mercadorias e serviços | (37.926) | (34.711) | (48.701) | (44.791) |
| LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO | (2.060) | (2.402) | (3.191) | (7.439) |
| Despesas gerais e administrativas | (4.289) | (5.864) | (5.835) | (7.048) |
| Despesas comerciais e de distribuição | (1.420) | (1.239) | (1.600) | (1.304) |
| Resultado de equivalência patrimonial (nota 12) | (5.455) | (10.028) | - | - |
| Despesa com provisão de preço mínimo ações | - | (1.386) | - | (1.386) |
| Despesas extraordinárias (nota 25) | (2.669) | - | (2.669) | - |
| Outras receitas (despesas) | 6 | (3.823) | 515 | (4.174) |
| Receitas e despesas operacionais líquidas | (13.827) | (22.340) | (9.589) | (13.912) |
| Despesas financeiras | (6.581) | (8.840) | (16.447) | (18.764) |
| Receitas financeiras | 4.067 | 3.908 | 10.350 | 9.983 |
| Resultado financeiro líquido (nota 26) | (2.514) | (4.932) | (6.097) | (8.781) |
| PREJUÍZO ANTES DO IRPJ E CSLL | (18.401) | (29.674) | (18.877) | (30.132) |
| IR e CS Diferidos | 33 | 71 | 509 | 529 |
| PREJUÍZO DO EXERCÍCIO | (18.368) | (29.603) | (18.368) | (29.603) |
| Por Ação | (1,5381) | (2,4789) | (1,5381) | (2,4789) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 1
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO 2016, 2015 E 1º DE JANEIRO 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

| ATIVO | Controladora | | | Consolidado | | | PASSIVO | Controladora | | | Consolidado | | |
|--|-----------------|-----------------|---------------|-----------------|-----------------|----------------|---|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|----------------|
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 01/01/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 01/01/2015 | | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 01/01/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 01/01/2015 |
| | (Reapresentado) | (Reapresentado) | | (Reapresentado) | (Reapresentado) | | (Reapresentado) | (Reapresentado) | | (Reapresentado) | (Reapresentado) | | |
| CIRCULANTE | | | | | | | CIRCULANTE | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (nota 5) | 62 | 100 | 85 | 65 | 314 | 126 | Fornecedores (nota 15) | 15.128 | 7.532 | 2.925 | 5.538 | 8.794 | 6.232 |
| Aplicação financeira (nota 5) | - | - | - | 300 | - | - | Empréstimos e financiamentos (nota 16) | 4.754 | 22.047 | 5.760 | 6.068 | 53.069 | 11.448 |
| Clientes (nota 6) | 550 | 1.442 | 2.229 | 720 | 1.441 | 2.270 | Salários e encargos sociais | 1.830 | 3.071 | 2.946 | 1.855 | 3.134 | 3.093 |
| Estoques (nota 7) | 9.214 | 14.503 | 13.544 | 9.876 | 15.085 | 14.428 | Obrigações tributárias | 549 | 1.204 | 808 | 1.909 | 2.283 | 1.750 |
| Tributos a recuperar (nota 8) | 198 | 198 | 195 | 376 | 1.326 | 822 | Adiantamentos de clientes | 57 | 282 | 284 | 140 | 324 | 327 |
| Adiantamentos (nota 9) | 10.032 | 2.022 | 186 | 10.091 | 3.828 | 412 | Partes relacionadas (nota 18) | 23.565 | 29.390 | 29.875 | 2.473 | 6.937 | - |
| Alienação de bens do imobilizado (nota 10) | 2.273 | 3.840 | 14.694 | 2.273 | 10.884 | 23.956 | Outras obrigações (nota 19) | 2.188 | 1.449 | 5.196 | 2.392 | 1.804 | 5.771 |
| Outras contas a receber | 10 | 17 | 239 | 10 | 22 | 239 | Parcelamento de tributos (nota 21) | 1.895 | 2.056 | 1.962 | 2.039 | 2.206 | 2.203 |
| Despesas antecipadas | 533 | 581 | 351 | 988 | 1.380 | 756 | | | | | | | |
| Total do ativo circulante | 22.872 | 22.703 | 31.523 | 24.699 | 34.280 | 43.009 | Total do passivo circulante | 49.966 | 67.031 | 49.756 | 22.414 | 78.551 | 30.824 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | | | NÃO CIRCULANTE | | | | | | |
| Depósitos judiciais (nota 11) | 373 | 429 | 259 | 1.303 | 1.421 | 1.251 | Empréstimos e financiamentos (nota 16) | 15.920 | 238 | 12.178 | 52.701 | 238 | 34.804 |
| Tributos a recuperar (nota 8) | 1.722 | 3.675 | 4.607 | 3.077 | 3.675 | 4.621 | Financiamentos PESA (nota 17) | 11.597 | 13.261 | 13.984 | 30.383 | 34.621 | 36.347 |
| Alienação de bens do imobilizado (nota 10) | 1.800 | 4.687 | 4.688 | 4.238 | 6.587 | 7.095 | Tributos diferidos sobre reavaliação (nota 22) | 3.489 | 3.523 | 3.594 | 9.060 | 9.569 | 10.098 |
| Outras contas a receber | 58 | 5 | 5 | 269 | 39 | 39 | Provisão para contingências (nota 20) | 986 | 1.253 | 317 | 1.189 | 1.353 | 448 |
| Despesas do exercício seguinte | 1.336 | 1.658 | 2.363 | 4.077 | 4.819 | 5.985 | Provisão para preço mínimo de ações | 3.152 | 3.152 | 1.766 | 3.152 | 3.152 | 1.766 |
| Investimentos (nota 12) | 1 | 5.411 | 15.439 | - | - | - | Provisão para perdas em investimentos (nota 12) | 45 | - | - | - | - | - |
| Propriedade para investimento (nota 13) | 17.583 | 17.541 | - | 17.583 | 17.541 | - | Outras obrigações (nota 19) | 4.457 | 5.021 | 5.550 | 11.056 | 11.858 | 12.911 |
| Imobilizado (nota 14) | 5.799 | 7.261 | 23.050 | 37.226 | 41.497 | 60.581 | Parcelamento de tributos (nota 21) | 3.658 | 2.731 | 4.053 | 4.461 | 3.559 | 4.851 |
| Intangível | 45 | 49 | 77 | 263 | 251 | 281 | | | | | | | |
| Total do ativo não circulante | 28.717 | 40.716 | 50.488 | 68.036 | 75.830 | 79.853 | Total do passivo não circulante | 43.304 | 29.179 | 41.442 | 112.002 | 64.350 | 101.225 |
| TOTAL DO ATIVO | 51.589 | 63.419 | 82.011 | 92.735 | 110.110 | 122.862 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 23) | | | | | | |
| | | | | | | | Capital social | 142.652 | 133.173 | 127.174 | 142.652 | 133.173 | 127.174 |
| | | | | | | | Reserva de reavaliação | 6.507 | 6.546 | 6.654 | 6.507 | 6.546 | 6.654 |
| | | | | | | | Reservas de lucros | 35 | 35 | 35 | 35 | 35 | 35 |
| | | | | | | | Prejuízos acumulados | (190.875) | (172.545) | (143.050) | (190.875) | (172.545) | (143.050) |
| | | | | | | | Total passivo descoberto | (41.681) | (32.791) | (9.187) | (41.681) | (32.791) | (9.187) |
| | | | | | | | TOTAL DO PASSIVO | 51.589 | 63.419 | 82.011 | 92.735 | 110.110 | 122.862 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Comentários sobre a Demonstração de Resultado

Os comentários abaixo são adicionais àqueles constantes dos itens 10.1, “a” a “c” acima.

Empréstimos e Financiamentos - PESA

Com o objetivo de renegociar dívidas originárias de crédito rural e equalizar os respectivos encargos financeiros à realidade econômico-financeira, foi aprovada em novembro de 1995 a Lei nº 9.138, posteriormente regulamentada pela Resolução nº 2.471 do Banco Central de 26 de fevereiro de 1998, as quais juntas estabeleceram as diretrizes do Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA.

No programa foi condicionada à aquisição, pelos devedores, por intermédio da instituição financeira credora, de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, com valor de face equivalente ao da dívida a ser renegociada, os quais foram entregues ao credor em garantia do principal.

Com base na Resolução nº 2.471/98 do Banco Central do Brasil, a Companhia securitizou dívidas junto às instituições financeiras por meio da aquisição de Certificados do Tesouro Nacional - CTN cedidos em caráter irrevogável e irretroatável para as Instituições Financeiras credoras como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida.

Os referidos certificados não são comercializáveis e destinam-se exclusivamente à liquidação desta dívida. O saldo devedor referente ao valor principal da dívida é corrigido de acordo com o IGP-M até o vencimento final da renegociação, também em 20 anos, quando será integralmente quitado mediante o resgate dos CTNs oferecidos em garantia.

O desembolso da controladora durante os 20 anos de vigência da securitização limita-se ao pagamento anual de montantes equivalentes à aplicação de percentuais variáveis entre 3% e 5% ao ano sobre o valor securitizado, atualizado monetariamente pelo IGP-M divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que venha a substituí-lo. Esta obrigação foi registrada nas demonstrações financeiras de acordo com o valor destes desembolsos futuros ajustados a valor presente.

Controladora

| Pomi Frutas S/A Instituições Financeiras | Garantias | Taxa Anual Contrato | Vencimento Final | Saldo Juros | | | | Saldo Juros Não |
|---|-----------|------------------------|---------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------------|
| | | | | Financiamento | Circulante | CTN | Líquido | Circulante |
| | | | | 31/dez/16 | 31/dez/16 | 31/dez/16 | 31/dez/16 | 31/dez/16 |
| BANCO DO BRASIL S/A 95/000181 | Imóveis | IGPM+ 4,57% | 2022 | 5.167 | 130 | 4.148 | 1.019 | 821 |
| BADESC 910380677 | Imóveis | IGPM+ 4,57% | 2018 | 968 | 38 | 806 | 162 | 136 |
| BRADESCO 2000/80 | Imóveis | IGPM+ 4,57% | 2020 | 6.454 | 193 | 4.087 | 2.366 | 675 |
| BESC CRPH-91 | Imóveis | IGPM+ 4,57% | 2022 | 7.722 | 276 | 4.144 | 3.578 | 1.751 |
| BESC S/A CRPH 72 | Imóveis | IGPM + 3% | 2022 | 68 | 7 | - | 68 | 68 |
| BRDE 2.1163301-8 - PESA | Imóveis | IGPM + 3% | 2020 | 9.260 | 9.260 | 6.002 | 3.258 | - |
| BRDE 2.1105401-8 - PESA | Imóveis | IGPM + 3% | 2018 | 5.244 | 5.244 | 4.160 | 1.084 | - |
| BRDE 10771 Finame - PESA | Imóveis | IGPM + 3% | 2020 | 96 | 96 | 65 | 31 | - |
| BRDE 10378 Finame - PESA | Imóveis | IGPM + 3% | 2020 | 96 | 96 | 65 | 31 | - |
| TOTAL | | | | 35.074 | 15.339 | 23.477 | 11.597 | 3.451 |

Controlada

| Pomifrai Fruticultura S/A Instituições Financeiras | Garantias | Taxa Anual Contrato | Vencimento Final | Saldo Juros | | | | Saldo Juros Não |
|---|-----------|------------------------|---------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------------|
| | | | | Financiamento | Circulante | CTN | Líquido | Circulante |
| | | | | 31/dez/16 | 31/dez/16 | 31/dez/16 | 31/dez/16 | 31/dez/16 |
| BRADESCO 80001 | Imóveis | IGPM+ 4,57% | 2018 | 16.738 | 531 | 13.584 | 3.154 | 574 |
| BADESC 930841-00-0 | Imóveis | IGPM+ 4,57% | 2018 | 1.154 | 46 | 968 | 186 | 164 |
| BESC 549700242 | Imóveis | IGPM+ 4,57% | 2022 | 9.562 | 337 | 4.975 | 4.587 | 2.135 |
| BRDE 7691 - PESA | Imóveis | IGPM + 3% | 2020 | 15.957 | 15.957 | 10.845 | 5.112 | - |
| BRDE 10.988/13615-02 - PESA | Imóveis | IGPM + 3% | 2022 | 4.782 | 4.782 | 2.438 | 2.344 | - |
| BRDE 10989/13615-01 - PESA | Imóveis | IGPM + 3% | 2022 | 6.963 | 6.963 | 3.560 | 3.403 | - |
| TOTAL | | | | 55.156 | 28.616 | 36.370 | 18.786 | 2.873 |
| Total Consolidado | | | | 90.230 | 43.955 | 59.847 | 30.383 | 6.324 |

O montante de juros a incorrer totaliza R\$ 6.324; contudo, existem depósitos de R\$2.094 garantindo parte do pagamento dos juros a incorrer, de modo que o saldo é de R\$4.230, conforme segue:

a) *Juros Banco BADESC*

Em março de 2013 foi depositado ao Banco BADESC, caução relativa ao contrato da cédula Rural Hipotecaria nº 910380-677. O valor corresponde aos juros projetados até o final do contrato em 2018.

b) *Juros Banco BRDE*

Em abril de 2012, a Companhia e sua controlada repactuaram os financiamentos da modalidade PESA, e os juros foram quitados de forma antecipada. Portanto não há qualquer eventual saldo desta operação.

c) *Juros Banco Bradesco*

A Companhia assinou, na qualidade de interveniente anuente, contratos nos quais foram realizados depósitos, garantindo os juros até o final dos contratos 2000/80 e 800001.

Outros aspectos em relação ao PESA

A administração da Companhia entende que o descasamento patrimonial de R\$30.383 referente ao Programa PESA deveria considerar a adimplência antecipada dos juros a incorrer e, portanto, que o valor da CTN nesses casos pudesse ser considerado equivalente ao valor do financiamento correspondente, já que, por ocasião do

vencimento, o valor da CTN será equivalente ao valor atualizado do principal da dívida. Essa leitura faz com que o descasamento contábil efetivo da operação PESA em 31 de dezembro de 2016 seja de R\$ 8.318. Sob esse prisma, o Patrimônio Líquido da Companhia seria negativo de R\$ 18.917 em vez de negativo de R\$ 40.982.

Disponibilidades

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/dez/16 | 31/dez/15 | 31/dez/16 | 31/dez/15 |
| Caixa | 6 | 10 | 6 | 15 |
| Banco conta movimento | 56 | 90 | 59 | 294 |
| Aplicações financeiras | - | - | - | 5 |
| | <u>62</u> | <u>100</u> | <u>65</u> | <u>314</u> |

Clientes

A composição dos saldos a receber de clientes por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|--------------|-------------|--------------|
| | 31/dez/16 | 31/dez/15 | 31/dez/16 | 31/dez/15 |
| Duplicatas a receber | 1.034 | 2.902 | 1.384 | 4.756 |
| Duplicatas descontadas - Bancos | - | (225) | - | (656) |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | (484) | (1.235) | (664) | (2.659) |
| | <u>550</u> | <u>1.442</u> | <u>720</u> | <u>1.441</u> |

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 31/12/2016 | 31/dez/15 | 31/12/2016 | 31/dez/15 |
| A vencer | 407 | 1.421 | 460 | 1.851 |
| Vencidas | | | | |
| Até 30 dias | 23 | 178 | 60 | 178 |
| 31 a 60 dias | 109 | 59 | 166 | 59 |
| 61 a 90 dias | 11 | 9 | 33 | 9 |
| 91 a 180 dias | 215 | 33 | 249 | 33 |
| a mais de 180 dias | 269 | 1.202 | 416 | 2.626 |
| | <u>1.034</u> | <u>2.902</u> | <u>1.384</u> | <u>4.756</u> |

Atualmente a Companhia não possui risco de crédito superior a 6% do saldo do seu contas a receber.

Em 2016, a Administração avaliou a expectativa de realização de sus ativos anteriores a 2010 (que já se encontravam 100% provisionados como perdas) e optou por realizar a baixa definitiva dos mesmos, sem gerar impactos no resultado do exercício.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------|--------------|----------------|--------------|----------------|
| | 31/12/2016 | 31/dez/15 | 31/12/2016 | 31/dez/15 |
| Saldo inicial | (1.235) | (2.831) | (2.659) | (4.193) |
| Adições | (371) | (119) | (438) | (181) |
| Recuperações | <u>1.122</u> | <u>1.715</u> | <u>2.433</u> | <u>1.715</u> |
| | <u>(484)</u> | <u>(1.235)</u> | <u>(664)</u> | <u>(2.659)</u> |

A provisão para devedores duvidosos é a melhor estimativa que a Companhia possui e seu montante é considerado pela Administração suficiente para cobrir eventuais perdas com clientes. As contas a receber são baixadas contra a provisão para devedores duvidosos após todos os meios de cobrança terem se esgotado e a possibilidade de recuperação dos valores a receber ser considerada remota. Dessa forma, a Companhia considera como “possível perda” os títulos vencidos acima de 90 dias.

Estoques

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------|--------------|---------------|--------------|---------------|
| | 31/12/2016 | 31/dez/15 | 31/12/2016 | 31/dez/15 |
| Produtos em formação (safra da maçã) | 7.092 | 12.624 | 7.092 | 12.624 |
| Material consumo e reposição | 1.625 | 1.497 | 2.181 | 2.078 |
| Polpa congelada | - | 88 | - | 89 |
| Maçãs próprias | 140 | 16 | 140 | 16 |
| Outros | 357 | 278 | 463 | 278 |
| | <u>9.214</u> | <u>14.503</u> | <u>9.876</u> | <u>15.085</u> |

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção. A apuração do CPV mensal tem como premissa básica considerar que nos primeiros seis meses do ano toda a fruta industrial, passa a receber somente o custo de pomar (custo agrícola) por ser uma fruta de descarte, não contendo nenhum valor de armazenagem, classificação e embalagem agregado em seu custo.

Assim, nos últimos seis meses do ano a Fruta Industrial é acrescida do custo de armazenagem e classificação.

Para as frutas de categoria comercial, além do custo Pomar (agrícola), são acrescidos os custos apurados no Packing House (armazenagem, classificação e embalagem da fruta), que são atribuídos mensalmente ao custo da fruta classificada e embalada, vendida, ou seja, CPV – Custo de Produto Vendido.

Tributos a Recuperar

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 31/dez/16 | 31/dez/15 | 31/dez/16 | 31/dez/15 |
| Circulante | | | | |
| Cofins | - | - | - | 1.153 |
| IRPJ | 133 | 133 | 222 | 222 |
| PIS | - | - | - | 200 |
| ICMS | 1 | - | 1 | - |
| CSLL | 47 | 47 | 86 | 86 |
| IRRF sobre aplicação financeira | 14 | 15 | 51 | 56 |
| Contribuição social sobre lucro | 3 | 3 | 16 | 15 |
| (-) Provisão de glosas | - | - | - | (406) |
| | <u>198</u> | <u>198</u> | <u>376</u> | <u>1.326</u> |
| Não Circulante | | | | |
| Cofins | 1.917 | 3.702 | 3.541 | 3.702 |
| Pis | 537 | 929 | 849 | 929 |
| Icms | - | 433 | - | 433 |
| (-) Provisão de glosas | (732) | (1.389) | (1.313) | (2.715) |
| | <u>1.722</u> | <u>3.675</u> | <u>3.077</u> | <u>3.675</u> |

Os montantes de PIS e COFINS a compensar são decorrentes de créditos pela compra de insumos, acumulados em razão da isenção destes tributos nas atividades operacionais da Companhia. Amparada no artigo 16, inciso II da Lei nº 11.116/05, a Companhia realiza compensações junto à Secretaria da Receita Federal, e constitui provisão para perdas correspondente a 30% dos créditos em

processo de homologação, tendo como base a média histórica de glosas ocorridas no deferimento desses créditos.

Adiantamentos a Fornecedores

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------|---------------|--------------|---------------|--------------|
| | 31/dez/16 | 31/dez/15 | 31/dez/16 | 31/dez/15 |
| Adiantamento a fornecedores | 10.513 | 2.558 | 11.137 | 4.364 |
| Adiantamento de férias | 41 | 26 | 41 | 26 |
| Adiantamento de viagens | 3 | 8 | 3 | 8 |
| Adiantamento a funcionários | 45 | - | 45 | - |
| Provisão para perdas | (570) | (570) | (1.135) | (570) |
| | <u>10.032</u> | <u>2.022</u> | <u>10.091</u> | <u>3.828</u> |

Os adiantamentos a fornecedores correspondem, em grande parte, aos valores adiantados a produtores rurais com os quais a Companhia possui contratos para a preparação da safra. Os adiantamentos estão garantidos pelo recebimento das frutas por meio de cédulas de produto rural (CPR).

A Companhia vem reduzindo gradativamente os investimentos em estoques próprios de maçãs, em detrimento ao investimento em estoques de terceiros (fomentados).

Alienação de Bens do Imobilizado

Os valores a receber são provenientes de vendas a prazo de bens imóveis e terrenos rurais, e encontram-se atualizados em conformidade com seus indexadores. Os recebimentos dos saldos em aberto estão atrelados a lavratura das escrituras.

A abertura dos valores a receber está demonstrada a seguir:

Controladora

Controladora

| Pomí Frutas S/A Terrenos ou imóveis | Vencimento Final | Valor Original da Venda | Saldo 31/dez/16 |
|--|---------------------|----------------------------|--------------------|
| Circulante | | | |
| Área de 2.304.100,00 m ² | 31/12/2015 | 2.600 | 88 |
| Área de 4.183.669,38 m ² | 31/12/2015 | 8.500 | 2.185 |
| | | | <u>2.273</u> |
| Não Circulante | | | |
| Área de 4.183.669,38 m ² | 31/12/2014 | 7.300 | 1.800 |
| | | 18.400 | <u>1.800</u> |

Controlada

| Pomifrai Fruticultura Terrenos ou imóveis | Vencimento Final | Valor Original da Venda | Saldo 31/dez/16 |
|--|-----------------------------|------------------------------------|----------------------------|
| Não Circulante | | | |
| Área de 1.234.200,00 m ² | 31/12/2014 | 12.772 | 538 |
| Área de 2.172.52,00 m ² | 20/09/2014 | 20.700 | 1.900 |
| | | | 2.438 |

Consolidado

Consolidado 2015 E 2016

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------|---------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | 31/dez/16 | 31/dez/15 | 31/dez/16 | 31/dez/15 |
| Circulante | 2.273 | 3.840 | 2.273 | 10.884 |
| Não Circulante | 1.800 | 4.687 | 4.238 | 6.587 |
| | 4.073 | 8.527 | 6.511 | 17.471 |

Imobilizado

Em dezembro de 2016 a Companhia contratou os serviços de empresa especializada para avaliação de seus ativos imobilizados a valor de venda. Com base nesta avaliação, não houve necessidade de constituição de provisão para Impairment nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 27 e Interpretação Técnica ICPC 10, pois não foram identificados eventos ou mudanças em circunstâncias que indiquem que o valor contábil de tais ativos possa não ser recuperável por venda em circunstâncias normais de mercado.

Controladora

| | Saldo | Adições | Baixas | Depreciação | Residual |
|---|--------------|----------------|---------------|--------------------|-----------------|
| | 31/dez/15 | 31/dez/16 | 31/dez/16 | 31/dez/16 | 31/dez/16 |
| Imobilizado Próprio em Operação | 6.066 | 234 | (787) | (752) | 4.763 |
| Edificações | 455 | 6 | - | (17) | 444 |
| Benfeitorias | 405 | 95 | - | (57) | 443 |
| Culturas Permanentes | 3.456 | - | (692) | (457) | 2.307 |
| Máquinas e Equipamentos | 1.447 | 107 | (24) | (173) | 1.357 |
| Câmaras Frigoríficas | - | - | - | - | - |
| Veículos e Tratores | 220 | - | (71) | (29) | 120 |
| Móveis e Utensílios | 83 | 26 | - | (17) | 92 |
| Benfeitorias em Imóveis de Terceiros | 28 | - | - | - | 26 |
| Vestiário/Banheiros Vacaria | 28 | - | - | (2) | 26 |
| Imobilizações em Andamento | 30 | 71 | (101) | - | - |
| Benfeitorias | 30 | 71 | (101) | - | - |
| Reavaliações | 1.137 | - | (77) | (50) | 1.010 |
| Terrenos | 372 | - | - | - | 372 |
| Edificações e Benfeitorias | 566 | - | - | (22) | 544 |
| Culturas Permanentes | 199 | - | (77) | (28) | 94 |
| | 7.261 | 305 | (965) | (802) | 5.799 |

Consolidado

| | Saldo | Adições | Baixas | Depreciação | Residual |
|---|---------------|----------------|----------------|--------------------|-----------------|
| | 31/dez/15 | 31/dez/16 | 31/dez/16 | 31/dez/16 | 31/dez/16 |
| Imobilizado Próprio em Operação | 20.359 | 1.228 | (1.228) | (2.335) | 18.024 |
| Terrenos | 64 | - | - | - | 64 |
| Edificações | 7.788 | 86 | - | (374) | 7.500 |
| Benfeitorias | 577 | 439 | - | (81) | 935 |
| Culturas Permanentes | 6.874 | - | (1.012) | (1.046) | 4.816 |
| Maquinas e Equipamentos | 4.506 | 649 | (36) | (759) | 4.360 |
| Veículos e Tratores | 405 | 28 | (180) | (49) | 204 |
| Móveis e Utensílios | 145 | 26 | - | (26) | 145 |
| Benfeitorias em Imóveis de Terceiros | 28 | - | - | (2) | 26 |
| Vestiário/Banheiros Vacaria | 28 | - | - | (2) | 26 |
| Imobilizações em andamento | 237 | 208 | (316) | - | 129 |
| Benfeitorias | 123 | 208 | (316) | - | 15 |
| Florestas em formação | 114 | - | - | - | 114 |
| Reavaliações | 1.138 | - | (77) | (50) | 1.011 |
| Terrenos | 372 | - | - | - | 372 |
| Edificações e Benfeitorias | 567 | - | - | (22) | 545 |
| Culturas Permanentes | 199 | - | (77) | (28) | 94 |
| Ajuste Patrimonial | 19.735 | - | (80) | (1.619) | 18.036 |
| Terrenos | 568 | - | - | - | 568 |
| Edificações | 1.921 | - | - | (107) | 1.814 |
| Benfeitorias | 1 | - | - | - | 1 |
| Maquinas e Equipamentos | 5.475 | - | (52) | (797) | 4.626 |
| Câmaras Frigoríficas | 10.979 | - | - | (565) | 10.414 |
| Veículos e Tratores | 770 | - | (28) | (146) | 596 |
| Móveis e Utensílios | 21 | - | - | (4) | 17 |
| | 41.497 | 1.436 | (1.701) | (4.006) | 37.226 |

Partes Relacionadas

Os principais saldos de Ativos e Passivos em 31 de dezembro 2016, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativos às operações com Partes Relacionadas decorrem de transações entre a Companhia e sua Controlada, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e condições específicas, considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos

Controladora

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------|---------------|---------------|--------------|--------------|
| | 31/dez/16 | 31/dez/15 | 31/dez/16 | 31/dez/15 |
| Pomifrai Fruticultura S.A. (a) | 21.092 | 22.453 | - | - |
| Débitos com acionistas | 2.473 | 6.937 | 2.473 | 6.937 |
| | <u>23.565</u> | <u>29.390</u> | <u>2.473</u> | <u>6.937</u> |

Obrigações em Contingência

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal das operações, os quais envolvem questões trabalhistas e civis.

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 31/dez/16 | 31/dez/15 | 31/dez/16 | 31/dez/15 |
| Contingências trabalhistas | 148 | 625 | 169 | 639 |
| Contingências cíveis | 184 | 628 | 365 | 653 |
| Contingências tributárias | 654 | - | 655 | 61 |
| | <u>986</u> | <u>1.253</u> | <u>1.189</u> | <u>1.353</u> |

As provisões para contingências foram constituídas para fazer face a perdas consideradas como prováveis em processos administrativos e judiciais, por valor julgado suficiente pela administração, segundo a avaliação dos assessores jurídicos.

| <u>Contingências Trabalhistas</u> | <u>Controladora</u> | <u>Consolidado</u> |
|-----------------------------------|---------------------|--------------------|
| Saldo em 31/12/15 | (625) | (639) |
| Constituição | - | - |
| Reversões | 477 | 470 |
| Saldo em 31/12/16 | (148) | (169) |

As Ações trabalhistas demandam pedidos de horas extras, horas em itinere, adicionais de insalubridade, periculosidade.

Em 31 de dezembro de 2016, a controladora é parte em 21 ações trabalhistas (01 ações com probabilidade de perda provável, 15 possíveis e 05 remotas), acrescida de 03 ações trabalhistas na controlada (03 possíveis), cujas obrigações estimadas apresentaram acima. Em 31 de dezembro de 2016

as contingências trabalhistas com probabilidade de perda classificada como “possível”, totalizavam o montante de R\$ 112.

| <u>Contingências Cíveis</u> | <u>Controladora</u> | <u>Consolidado</u> |
|-----------------------------|---------------------|--------------------|
| Saldo em 31/12/15 | (628) | (653) |
| Constituição | - | - |
| Reversões | 444 | 288 |
| Saldo em 31/12/16 | (184) | (365) |

Em 31 de dezembro de 2016, a controladora é parte em 35 ações cíveis, sendo que em 15 ações figura como autora (3 possíveis, 12 remotas), e 20 ações como réu (15 possíveis, 3 remotas, 2 provável), acrescida de 15 ações cíveis na controlada, sendo 8 ações que figura como autora (4 remotas, 1 possível, 3 prováveis) e 7 ações como réu (1 remota e 5 possível, 1 provável). Conforme a opinião dos consultores jurídicos, existem ações judiciais da controladora e da controlada nos montantes de R\$184 e R\$365, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2016 as contingências cíveis com probabilidade de perda classificada como “possível”, totalizavam o montante de R\$ 244.

Provisão para Garantia de Preço Mínimo (em reais)

Conforme fato relevante publicado em 29 de outubro de 2015, a Companhia instaurou formalmente “pedido de instauração de arbitragem”, contra os antigos administradores da Controlada, questionando os procedimentos adotados na incorporação das ações da Controlada pela Pomi Frutas, aprovado em 2010. O referido pedido questiona a regra que impunha a companhia obrigatoriedade de garantir cotação mínima no valor de R\$ 1,00 (um real) para cada uma das ações que foram entregues aos então acionistas da Controlada em virtude da operação de incorporação. Conservadoramente, e com base no posicionamento de seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisão para cobertura de eventuais perdas decorrentes dessa discussão.

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

Conforme mencionado anteriormente, sem acréscimos.

Inflação

O desempenho financeiro da Companhia pode ser afetado pela inflação, uma vez que possui uma expressiva parcela dos custos (insumos) e despesas operacionais denominadas em reais e que são reajustados pela inflação. Junto à oscilação do preço de seu principal produto – a maçã – o resultado financeiro da Companhia pode ser afetado, tendo em vista reajustes de custos e despesas em reais em relação ao preço médio da maçã na qual a Companhia consegue executar suas vendas e exportações.

Taxa de Juros

O resultado das nossas operações também está exposto às variações das taxas de juros. Contratamos empréstimos e financiamentos incorridos em reais, os quais são em sua maioria reajustados com base na TJLP, IGPM e CDI. Além disso, as taxas de juros praticadas em operações de crédito ao consumidor no mercado financeiro brasileiro nos afetam indiretamente, na medida em que reduções podem levar ao aumento do consumo privado e ao aumento do consumo de nossos produtos. Por outro lado, aumentos nas taxas de juros podem levar à redução da atividade de consumo, afetando também indiretamente a venda de nossos produtos.

Taxa de Câmbio

Não há fatores de exposição significativa à taxa cambial..

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve qualquer constituição, aquisição ou alienação de participação societária relevante

c) eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais realizadas pela Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e 1º de janeiro de 2015

As informações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e os saldos iniciais de 1º de janeiro de 2015, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daquele exercício, estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa (IAS 8) e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1).

Esta reapresentação decorre da mudança na prática contábil relacionada ao registro das operações inerentes ao Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA. O referido programa condiciona à aquisição de Certificados do Tesouro Nacional ("CTN"), por parte dos devedores, com valor de face equivalente ao da dívida a ser renegociada.

Anteriormente, tendo em vista que os "CTN's" terão o mesmo valor de face do saldo devedor na data de vencimento, a Companhia não registrava em suas demonstrações financeiras os valores contábeis dos ativos e dos passivos na data de cada fechamento, muito embora essa informação, e o correspondente "descasamento" existente entre as CTN's e o saldo devedor, estivesse devidamente evidenciado em notas explicativas (que são parte integrante das demonstrações financeiras).

Visando adequar suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas às premissas dos CPCs 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, bem como para pleno atendimento às disposições e solicitações da CVM – Comissão de valores mobiliárias, a Companhia revisou e retificou sua prática contábil de reconhecimento desta operação, passando a registrar a mesma, a luz dos referidos normativos contábeis.

Dessa forma, os efeitos da aplicação do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa (IAS 8) e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1), estão demonstrados a seguir:

| | 31/12/2015 (Consolidado) | | |
|------------------------------|---------------------------|----------|--------------|
| | Originalmente apresentado | Ajustes | Representado |
| Passivo e patrimônio líquido | | | |
| Empréstimos e financiamentos | (53.307) | (34.621) | (87.928) |
| Prejuízos acumulados | (137.687) | (34.858) | (172.545) |
| Resultado do exercício | | | |
| Receitas financeiras | 340 | 9.643 | 9.983 |
| Despesas financeiras | (10.847) | (7.917) | (18.764) |

| | 01/01/2015 (Consolidado) | | |
|------------------------------|---------------------------|----------|--------------|
| | Originalmente apresentado | Ajustes | Representado |
| Passivo e patrimônio líquido | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 46.252 | 36.347 | 82.599 |
| Prejuízos acumulados | (106.703) | (36.347) | (143.050) |

b) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Ressalva

Não se aplica

Ênfase

Em decorrência da mudança na prática contábil de reconhecimento das dívidas renegociadas por meio do Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e o saldo de abertura de 1º de janeiro de 2015, apresentados para fins comparativos, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 ou CPC 23 (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Administração da Companhia entende que após os recentes ajustes, conforme já mencionado, não há políticas contábeis críticas.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiências e recomendações presentes no relatório do auditor

Na opinião da Diretoria da Companhia, , as demonstrações financeiras consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira consolidadas da Renar em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório todavia manifesta-se no sentido que continuar a aprimorar seus controles

A Companhia engajou-se para adequação aos CPCs aplicáveis, que demandaram trabalhos/pareceres de empresa externa e qualificada.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira consolidadas da Renar em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Em virtude da situação financeira da companhia, decorrente essencialmente das questões abordadas anteriormente, foram aprovados aumentos de capital da Companhia:

- (i) em Reunião do Conselho de Administração de 24/04/2015 (com parecer favorável do Conselho Fiscal), de, no mínimo, R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais); e
- (ii) em Reunião do Conselho de Administração de 24/02/2016 (com parecer favorável do Conselho Fiscal), de, no mínimo, R\$ 6.900.000,00 (seis milhões e novecentos mil reais).

Em ambos os casos, optou-se pela subscrição privada de ações, assegurado o direito de preferência dos acionistas na forma do artigo 171 da Lei nº 6.404/76.

Tais recursos têm por objetivo, prioritariamente, o reforço do capital de giro, a melhora do perfil de endividamento, o pagamento de débitos com fornecedores e a quitação de dívidas da Companhia

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não

c) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não

d) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há.

iv. Contratos de construção não terminada

Não há.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não há.

b) Natureza e o propósito da operação

Não há.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há.

10.10 - Plano de negócios

a) investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não há.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Não há.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em outras reuniões do Conselho de Administração, foi aprovada a alienação pontual de outros ativos imobiliários da Companhia. A alienação de tais bens teve por finalidade a redução do passivo da companhia e foi refletida nas demonstrações financeiras que se seguiram à aprovação dos planos de desmobilização e alienação de ativos.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Além do quanto incluído nos demais itens desta Seção 10, não há outros fatores relevantes que influenciaram o desempenho operacional da Companhia

ANEXO III

QUALIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Itens 12.6 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM 480)

12.5. e 12.6. Composição e Experiência Profissional dos Candidatos ao Conselho de Administração Indicados pela Administração da Companhia

Marcos Kassardjian: Administrador formado pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), com grande experiência na área financeira, tem atuação como CFO da Vale Grande Ind. e Com. de Alimentos S.A. (Frialto), e significativa vivência em reestruturação financeira de empresas, tendo atuado como Sócio Sênior da Rosenberg Partners.

Alfredo Lazzareschi Neto: Advogado com larga experiência em Direito Societário e mercado de capitais e com atuação como conselheiro de outras companhias abertas.

Marcio Guedes Pereira Junior: Administrador pela Fundação Getúlio Vargas, (FGV) com MBA pela FGV/Stern School of Business-NYU. Marcio é atualmente sócio da Pangea, membro do Conselho de Regulação e Melhores Práticas do Mercado de Capitais da Anbima, tendo sido anteriormente diretor da associação, além de sócio e conselheiro certificado pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Anteriormente, liderou o grupo de Investment Banking do Banco J. Safra, e foi diretor de investment banking no Credit Suisse, Citigroup e Unibanco. Possui ampla experiência em M&A e transações de Mercado de Capitais, incluindo tanto transações de dívida quanto de equity.

Gelmir Antonio Bahr: contador e advogado, com sólida experiência em funções de Gestão na Administração Geral, Financeiro e Controladoria e RI em empresas nos ramos de Agronegócios, Serviços e Indústria, tendo sido Assessor, Diretor e Sócio de grandes empresas dos setores citados. Teve experiência também como Diretor Adm., Financeiro e de RI da Renar Maçãs S.A. (antigo nome da Pomi Frutas S.A.).

Rogério Pereira de Oliveira: atuou como consultor financeiro e investidor por mais de 10 (dez) anos em project finance na SMBC - Sumitomo Banking Corporation, corporate finance na KPMG Corporate Finance, e administração de recursos com foco em distressed assets, particularmente no setor agrícola. Atualmente, como consultor financeiro, participa de comitês de investimentos ligados a Family Offices e Trusts na América Latina, além de administrar um veículo de investimentos com ênfase em small caps, com foco particular no agribusiness, e presta consultoria em fusões & aquisições e reestruturação financeira para pequenos e médios negócios.

12.7 e 12.8. Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não conta com a existência de qualquer comitê estatutário.

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Não há.

12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Não há.

ANEXO IV
REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
(Item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM 480)

Assumindo a aprovação das Propostas da Administração acima, as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência da Companhia para o ano corrente (2017) terão como base as seguintes:

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1. Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da Diretoria não estatutária

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

O estatuto social estabelece que do resultado verificado no exercício social encerrado, após as deduções previstas em lei e após a dedução, observadas as restrições legais, será destinado até 10% (dez por cento) a título de participação dos administradores.

Em ata de assembleia geral ordinária, realizada em 28 de abril de 2017, foram fixados os valores da (i) remuneração anual global dos membros da Diretoria no valor de até em R\$ 1.454.545,45 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos); e (ii) remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração da Companhia, em até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

b) Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta por (i) remuneração fixa mensal, com o objetivo de reter conselheiros com conhecimento do segmento e de negócios para enriquecer as discussões estratégicas da Companhia, acompanhar e monitorar resultados, aconselhar na condução dos negócios e contribuir com sugestões de melhores práticas de mercado, mais (ii) remuneração variável baseada em plano de opção de compra de ações, que tem por objetivo alinhar os interesses dos administradores com os da Companhia.

A remuneração dos membros da Diretoria é composta apenas por um valor global anual fixado pela assembleia geral.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A remuneração do Conselho de Administração é composta primordialmente por um valor fixo mensal, acrescida por remuneração variável que depende de metas a serem observadas e do interesse do administrador em exercer a opção de compra de ações da Companhia.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Não há metodologia de cálculo e de reajuste para o valor remunerado aos membros de cada órgão.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A introdução de um plano de opção de compra de ações visa a incentivar os executivos a obter melhores resultados para a Companhia e seus acionistas, por meio da retenção de executivos de qualidade, comprometidos com a obtenção dos melhores resultados.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não há.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Dentro da remuneração global anual aprovada, haverá espaço para bonificações de acordo com o desempenho operacional e financeiro da Companhia.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração variável, baseada na opção de compra de ações, alinha os interesses da Diretoria e da Companhia e seus acionistas, na medida em que o ganho (se houver) é maior de acordo com a maior ou menor valorização das ações da Companhia, sendo certo que o período de vesting das opções ocorre no curso do tempo, de forma a alinhar os interesses de curto, médio e longo prazo.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há.

13.2. Remuneração Total do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária

(ano corrente – 2017)

Conselho de Administração

| | |
|--------------------------------|---------------|
| Número de Membros | 5 |
| Remuneração Fixa Anual (total) | |
| Salário ou Pro Labore | R\$150.000,00 |

| | |
|--|--------|
| Benefícios Diretos ou Indiretos | 0 |
| Remuneração por Participação em Comitês | 0 |
| Outros | 0 |
| Remuneração Variável (total) | |
| Bônus | 0 |
| Participação nos resultados | 0 |
| Remuneração por Participação em Reuniões | 0 |
| Comissões | 0 |
| Outros | 0 |
| Benefícios Pós Emprego | não há |
| Benefícios Motivados pela Cessação do exercício do cargo | não há |
| Remuneração baseada em Ações | |
| Valor | 0 |
| Total | 0 |

(ano corrente – 2017)

Diretoria

| | |
|--|--------------------|
| Número de Membros | 3 |
| Remuneração Fixa Anual (total) | |
| Salário ou Pro Labore | R\$ 975.000,00 |
| Benefícios Diretos ou Indiretos | 0 |
| Remuneração por Participação em Comitês | 0 |
| Outros | 0 |
| Remuneração Variável (total) | |
| Bônus | 0 |
| Participação nos resultados | 0 |
| Remuneração por Participação em Reuniões | 0 |
| Comissões | 0 |
| Outros | 0 |
| Benefícios Pós Emprego | não há |
| Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo | não há |
| Remuneração baseada em Ações | |
| Valor | Vide nota 1 abaixo |
| Total | Vide nota 1 abaixo |

13.3. Remuneração variável do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

Baseada em plano de opção de compra de ações, descrito abaixo.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária

Este tipo de remuneração relativamente ao Conselho de Administração ou quaisquer outros órgãos estatutários ou não estatutários não está definido pela Companhia.

a) Termos e condições gerais

O Plano de Opção de Compra de Ações ordinárias da Companhia oferece aos membros do Conselho de Administração o direito de adquirir certo número de ações por meio da subscrição ou aquisição de ações existentes em tesouraria, nos prazos e condições previstos.

b) Principais objetivos do plano

Alinhar os interesses dos administradores com os dos acionistas e maximizar a eficiência na administração e entrega de resultados da Companhia.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

Uma vez que adquiram ações da Companhia, os administradores reforçam o seu interesse em gerar valor para a Companhia, o que os beneficia diretamente e também aos demais acionistas.

d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Vide itens b e c acima.

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Vide itens b e c acima.

f) Número máximo de ações abrangidas

1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias de emissão da Companhia

g) Número máximo de opções a serem outorgadas

De acordo com o limite de ações indicado no item f acima.

h) Condições de aquisição de ações

De acordo com metas a serem estipuladas pelo Conselho de Administração e atingidas, bem como sujeição a período de carência e permanência do administrador no cargo.

i) Critérios para fixação do prazo de exercício

Ponderação entre os incentivos dados ao administrador e os interesses da Companhia.

j) Forma de liquidação

O pagamento pelo exercício da opção de compra deverá ser feito à vista e em moeda corrente nacional, em até 30 dias do exercício.

k) Restrições à transferência das ações

Não há.

l) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Desligamento do administrador da Companhia.

m) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Renúncia automática a todos os direitos relativos a opções de compra ainda não exercidas e aquisição pela Companhia das ações já detidas pelo administrador que se desliga.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

| ÓRGÃO | Ações ¹ | |
|---------------------------|--------------------|-------------------|
| | Ações Ordinárias | Capital Total (%) |
| Diretoria | 0 | 0 |
| Conselho de Administração | 31.083 | 0,26% |
| Conselho Fiscal | 0 | 0 |
| TOTAL | 31.083 | 0,26% |

(1) Data base: 31/12/2016

13.6. - Remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia aprovou o Plano de Opção de Compra de Ações no exercício social de 2015.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - método de precificação do valor das ações e das opções

Não há outras informações relevantes para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários

Nenhum plano de previdência é conferido aos Diretores ou membros do Conselho de Administração da Companhia.

13.11. Remuneração individual máxima, mínima, média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal

Relativamente à proposta da administração para o exercício social de 2017, o valor individual da remuneração dos Diretores será definida oportunamente pelo Conselho de Administração. Relativamente ao Conselho de Administração, a remuneração foi fixada individualmente, sendo os valores iguais para todos os seus membros, conforme demonstrado na tabela abaixo:

| Conselho de Administração | 2017 (R\$) |
|------------------------------------|--------------|
| Nº de membros | 5 |
| Valor da maior remuneração(Reais)* | 30.000 (ano) |
| Valor da menor remuneração(Reais)* | 30.000 (ano) |
| Valor médio da remuneração(Reais)* | 30.000 (ano) |

| Diretoria | 2017 (R\$) |
|------------------------------------|----------------|
| Nº de membros | 3 |
| Valor da maior remuneração(Reais)* | A ser definido |
| Valor da menor remuneração(Reais)* | A ser definido |
| Valor médio da remuneração(Reais)* | 325.000 (ano) |

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há.

13.13. - Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração e da diretoria estatutária que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não há.

13.14. - Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Alguns membros da antiga Diretoria da Companhia, que ocupavam os cargos antes da mudança de controle que resultou na entrada da atual administração da Companhia, participaram, direta ou indiretamente, das sociedades Excélica Gestão e Negócios Ltda.; Valor Associados Gestão de Negócios e Investimentos Ltda.; RB – Administração e Participações Ltda.; e Private Consultoria e Serviços Ltda., as quais foram contratadas pela Companhia, antes da mudança de controle, para a prestação de serviços de gestão interina. Os valores desembolsados pela Companhia nos termos de tais contratos, nos 3 (três) últimos exercícios sociais, estão discriminados no quadro abaixo:

| Órgão | 2015 | 2016 | 2017 | Total |
|-----------|--------------|------|------|--------------|
| Diretoria | R\$1.088.479 | - | - | R\$1.088.479 |

13.15. - Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não há.

13.16. - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.